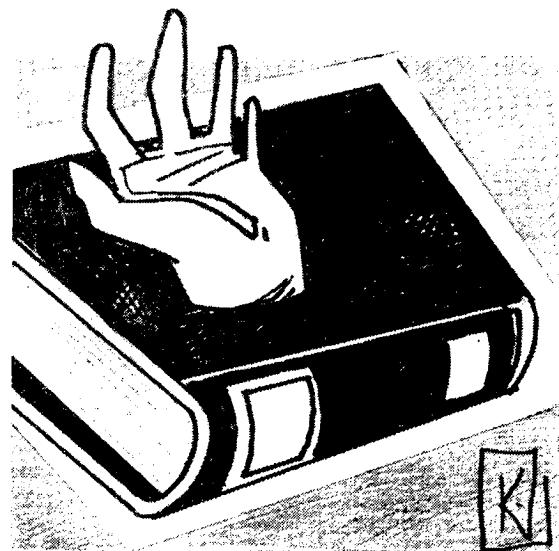


A educação ontem e hoje

Jarbas Passarinho

Nos idos de 1963 proclamava-se a prioridade da educação sobre outros projetos governamentais. A cultura popular ganhava espaço nobre. A alfabetização era um preparo propedêutico para a ideologia revolucionária. Um pândego, posando de grande intelectual, defendia ardorosamente, no Iseb de triste memória, que a Universidade deveria ter por modelo as favelas. Não sei se se tratava de um precursor da "Revolução Cultural" de Mao Tse Tung. Os investimentos em educação deviam ser prioritários, carreando-se recursos superiores a qualquer outro investimento governamental. Isso era o discurso que atraía jovens universitários para o engajamento na luta contra a burguesia e seu estado democrático apenas formal e não real.

Compulsando-se o Anuário Estatístico da Unesco, de 1965, a comparação entre o discurso e a realidade é abissal. Até 1963, os dispêndios com a educação não passavam de 2,4% do PIB. Em 1970, ultrapassamos 4%. A oferta de ensino secundário e colegial era insignificante: 26% contra 74% dos estabelecimentos particulares. Ao pobre, já o acesso ao ginásio e ao colégio era quase proibitivo, pois diante das vagas reduzidas, no ensino público, não tinha como arcar com as mensalidades do ensino pago. Em 1974 a proporção se tornara o inverso: a oferta pública chegará perto de 78%. Os pobres, portanto, passaram a ter chances que não tinham. Em 1963, éramos, junto com Portugal e dois países africanos, os últimos a adotar apenas quatro anos de ensino obrigatório. A Argentina já chegara aos seis e o Chile também. Em 1970, passamos a oito anos de escolarização. Em 1963 os universitários matriculados no Brasil correspondiam a 132 para cada bloco de



K

cem mil habitantes. A Argentina já tinha mais de 700, assim como o Uruguai. Só ganhávamos, nessa trágica estatística, de três países latino-americanos: Nicarágua, Honduras e Haiti! Em 1973 já alcançáramos cerca de mil universitários para cada cem mil habitantes, ainda que nesse nível a maioria da oferta houvesse passado para o ensino particular.

No ensino então chamado primário, para cerca de 127 mil escolas, mais de 70% eram de uma única sala, logo de um só professor. Com a Operação Escola, criada pelo presidente Castelo Branco, financiada pelo salário-educação, mantido até hoje, melhorou-se esse quadro. Ainda em 1963, de mil crianças que iniciaram o curso primário em 1952, só 385 chegaram à 2ª série; 48 apenas terminaram o curso secundário; e 13 privilegiados obtinham um grau universitário. A evasão e a repetência eram avassaladoras. Tomando a série que vai de 1962 a 1973, a melhora já era acentuada, ainda que muito aquém do desejado, pois 443 haviam se matriculado na 2ª série, 97 haviam terminado o curso secundário e 63 se graduaram

em universidades ou faculdades isoladas, segundo as fontes SEEC/MEC e Ipea.

Algumas pessoas usam citar números sem citarem a fonte. Ainda há poucos dias, ouvi um cavalheiro, em programa gratuito de televisão, dizer que somente três, de um contingente de mil, terminaram o 3º grau. Duvido. Seria desastroso imaginar isso. Trata-se de um alarmista. Do mesmo modo, a referência ao número de analfabetos adultos. Para a Unesco, considera-se analfabeto quem, chegando aos 15 anos de idade, não escreve e nem lê na sua língua nacional.

O recenseamento de 1970 cita 18 milhões de analfabetos adultos, no Brasil. Pensávamos reduzir drasticamente esse número em cinco anos, com o Mobral. Aqui está um fracasso redondo, que muito me entristece, pois alfabetizamos milhões de pessoas entre 1971 e março de 1974. Não houve o cuidado vital de manter os alfabetizados como tal, escrevendo e se preparando para mão-de-obra qualificada. Alertamos constantemente para a possibilidade de regressão, que os pedagogos conhecem bem. Falharam os que não deviam falhar. E hoje não devemos estar longe do número de 1970.

Estas lembranças me vêm à mente, quando leio o competente ministro da Educação referir-se aos problemas crônicos (evasão no primário e alarmante analfabetismo) agravados pela situação dramática em que vivem as universidades públicas. Torço pelo êxito do ministro, até porque continuo pensando que educação não é despesa, mas investimento, ainda que de retorno em grande prazo. Dela dependerá o futuro de nosso Brasil.

Jarbas Passarinho foi ministro de Estado, governador e senador